



**Foz do Rio Claro Energia S.A.**  
CNPJ nº 07.823.262/0001-03

## Relatório da Administração

**Aos Acionistas:** A Administração da Foz do Rio Claro Energia S.A. ("Companhia"), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, compreendendo os balanços patrimoniais, as respectivas demonstrações contábeis individuais e consolidadas dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, e as respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários. **1. Breve histórico da Companhia:** A Foz do Rio Claro Energia S.A. "Companhia" é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída em 16 de janeiro de 2006, pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 002/2005 ("Leilão"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em dezembro de 2005, localizada na capital do Estado de São Paulo, que tem por objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no Rio Claro, localizado entre os municípios de São Simão e Caçu, no Estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Eng. José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à central geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida. Em 15 de agosto de 2006, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 005/2006 - MME - UHE Foz do Rio Claro, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos (até 14 de agosto de 2041). Em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 1.953 (mil e novecentos e cinquenta e três) dias, ou seja, até 20 de dezembro de 2046. A contratação de energia foi efetuada no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assim a Companhia assinou contrato de venda de energia com 31 (trinta e uma) distribuidoras que participaram do leilão. O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



A Companhia conta com duas unidades geradoras de energia, cujas entradas em operação são apresentadas a seguir:

Unidades geradoras	Início da operação comercial	Início da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada (MW médios)	Garantia física total (MW médios)
1ª	05 de agosto de 2010	04 de agosto de 2010	nº 2.252	34,2 MW	18,55 MW
2ª	02 de dezembro de 2010	01 de dezembro de 2010	nº 3.682	34,2 MW	18,55 MW
				<b>68,4 MW</b>	<b>37,1 MW</b>

A Foz do Rio Claro Energia S.A. (Companhia) controla três Companhias de geração de energia elétrica, duas delas por meio de fonte eólica localizadas no Brasil, no estado do Rio Grande do Norte, com participações direta de 79,08% na Eólica do Agreste Potiguar I ("EAP I") e de 44,54% na Eólica do Agreste Potiguar II ("EAP II"). As Companhias de fonte eólica ("EAP I" e "EAP II") passaram a ser consolidadas a partir de 06 de janeiro de 2022, e a Companhia de geração de energia elétrica por meio de fonte hidrelétrica, Ijuí Energia S.A. ("Ijuí"), localizada no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Rolador e Salvador das Missões, no Rio Ijuí, com participação direta de 51%, e que passou a ser consolidada a partir de 1 de setembro de 2022. Em 30 de novembro de 2022 foi publicada a Portaria nº 709/GM/MME que aprovou a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadas no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de

novembro de 2022, atualizado pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética) e pelo MME (Ministério de Minas e Energia), a qual divulga, na forma do Anexo da Portaria, os valores revisados de Garantia Física de diversas usinas hidrelétricas, dentre elas a Usina Hidrelétrica Eng. José Luiz Muller de Godoy Pereira, a partir de 01 de janeiro de 2023, que passará a ser de 37,1 MW médios. **2. Governança corporativa:** A Foz do Rio Claro Energia pautou o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa. Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia: **Conselho de Administração:** O Conselho de Administração é composto por 5 (cinco) membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, admitida a reeleição por igual período. **Diretoria estatutária:** A diretoria estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos diretores: (i) Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo; (ii) Diretor de Gestão de Energia; e (iii) Diretor Técnico. **Conselho fiscal:** Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei, e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação. Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia não recebeu qualquer pedido de instalação de conselho fiscal pelos acionistas. **3. Desempenho econômico-financeiro** (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Variação %	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Variação %
Reculta operacional bruta	96.905	90.069	7,6%	189.402	116.086	63,2%				
(-) Deduções da reculta operacional	(9.996)	(9.233)	8,3%	(14.419)	(10.487)	37,5%				
<b>Reculta operacional líquida</b>	<b>86.909</b>	<b>80.836</b>	<b>7,5%</b>	<b>174.983</b>	<b>105.599</b>	<b>65,7%</b>				
(-) Custos operacionais	(36.386)	(33.504)	8,6%	(89.516)	(48.894)	83,1%				
<b>Lucro bruto</b>	<b>50.523</b>	<b>47.332</b>	<b>6,7%</b>	<b>85.467</b>	<b>56.705</b>	<b>50,7%</b>				
(-) Despesas/receitas operacionais	(4.610)	(4.466)	3,2%	(9.507)	(6.104)	55,8%				
(+) Resultado de equivalência patrimonial	1.377	1.829	-24,7%	-	(138)	0,0%				
(-) Despesas/receitas financeiras	(73.177)	(51.369)	42,5%	(89.025)	(53.995)	64,9%				
<b>Prejuízo antes da contribuição social e imposto de renda</b>	<b>(25.887)</b>	<b>(6.674)</b>	<b>287,9%</b>	<b>(13.065)</b>	<b>(3.532)</b>	<b>269,9%</b>				
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	0,0%	(3.998)	(796)	402,3%				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.597	2.815	100,0%	9.597	2.815	100,0%				
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(16.290)</b>	<b>(3.859)</b>	<b>322,1%</b>	<b>(7.466)</b>	<b>(1.513)</b>	<b>393,5%</b>				
<b>Ativo total</b>	<b>798.325</b>	<b>813.727</b>	<b>-1,9%</b>	<b>1.379.664</b>	<b>1.381.112</b>	<b>-0,1%</b>				
<b>Investimentos (*)</b>	<b>654.492</b>	<b>563.408</b>	<b>16,2%</b>	<b>1.173.406</b>	<b>1.095.041</b>	<b>7,2%</b>				

(\*) Refere-se aos montantes de imobilizado, intangível e investimentos em controladas. **Comentários relevantes - Consolidado:** A controladora e suas controladas, registraram Receita operacional líquida de R\$ 174.983 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em comparação aos R\$ 105.599 do mesmo exercício de 2022. O aumento de 65,7% de um exercício para o outro ocorreu principalmente pela atualização monetária dos contratos negociados no ambiente regulado (ACR), e pela entrada em operação das controladas "EAP I" e "EAP II". Os custos operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da controladora e suas controladas apresentam aumento de 83,1% se comparado ao mesmo período do exercício de 2022, justificado principalmente pela entrada em operação das controladas "EAP I" e "EAP II" que geraram o início do processo de depreciação do ativo imobilizado do parque eólico bem como os custos com encargos de uso da rede elétrica. As despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 apresentam aumento de 55,8% quando comparado ao mesmo período do exercício de 2022, justificado principalmente pela linha de serviços de terceiros, seguros e compra de energia decorrente da entrada em operação das controladas "EAP I" e "EAP II". As despesas/receitas financeiras líquidas da controladora e suas controladas apresentaram aumento

de 64,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 se comparado ao mesmo período do exercício de 2022, justificado principalmente pelo aumento de despesas com juros da 1ª emissão de debêntures da controladora e juros dos empréstimos das controladas "EAP I" e "EAP II". O imposto de renda e contribuição social apresentaram variações de acordo com o LAIR. A provisão do imposto de renda e contribuição social diferidos estão relacionados a extensão da concessão que é realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(16.290)	(3.859)	(7.466)	(1.513)
Resultado financeiro	73.177	51.369	89.025	53.995
(+) Depreciação e amortização (*)	10.891	10.833	34.218	15.184
(+) IR/CS correntes	-	-	3.998	796
(+) IR/CS diferidos	(9.597)	(2.815)	(9.597)	(2.815)
<b>(=) EBITDA</b>	<b>58.181</b>	<b>55.528</b>	<b>110.178</b>	<b>65.647</b>

(\*) Valor composto por depreciação, amortização e amortização do UBP - Uso do Bem Público.

**Endividamento** (Em milhares de Reais, exceto índice de endividamento líquido)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos, debêntures, empréstimos em moeda estrangeira e arrendamentos	(22.957)	(25.686)	(104.998)	(291.896)
Circulante	(599.858)	(599.876)	(811.275)	(656.494)
<b>Dívida total</b>	<b>(622.815)</b>	<b>(625.562)</b>	<b>(916.273)</b>	<b>(948.390)</b>
Caixa e equivalentes de caixa, investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários	116.162	127.038	149.601	237.746
<b>Dívida líquida</b>	<b>(506.653)</b>	<b>(498.524)</b>	<b>(766.672)</b>	<b>(710.644)</b>
Patrimônio líquido	154.670	171.478	377.372	386.627
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<b>3,28</b>	<b>2,91</b>	<b>2,03</b>	<b>1,84</b>

**4. Capital humano:** Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas. O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Foz do Rio Claro Energia mantém em seu quadro 30 colaboradores.

**5. Responsabilidade sócio ambiental:** A Foz do Rio Claro Energia tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais e ambientais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua, tais como: ações voltadas ao incentivo cultural, desenvolvimento social e econômico da região. Abaixo destacamos alguns dos programas em andamento que tem como objetivo controle de aspectos ambientais da usina, mitigação de seus impactos socioambientais e geração de dados consistentes sobre o meio ambiente da região: • Programa de Monitoramento da Estabilidade de Encostas Marginais e Processos Erosivos; • Programa de Monitoramento Hidrológico; • Programa de Recuperação da APP; • Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; • Programa de Recuperação de Áreas Degradadas; • Programa de Transposição Manual de Peixes; • Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas e Limnologia; • Programa de Monitoramento da Comunidade Aquática; • Programa de Monitoramento de Ictiofauna; • Programa de Monitoramento de Fauna Terrestre e Alada; • Programa de Educação Ambiental; e • Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA). Em seguida, citamos os programas cujo o público alvo são população residente no entorno da usina: • Programa de Comunicação Social; e • Programa de Educação Ambiental. **6. Auditoria independente:** Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que contratamos a Ernst & Young Auditores Independentes S/S. Ltda. ("EY") para prestação dos serviços de auditoria das nossas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, bem como de revisões das informações trimestrais ("ITR"), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards ("IFRS"). Adotamos o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, sendo os serviços prestados pela EY foram contratados para os exercícios de 2019 até 2023. **Mensagem final:** Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradores, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

## Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>	<b>137.281</b>	<b>150.605</b>	<b>191.930</b>	<b>272.521</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	376	3.691	14.877
Investimento de curto prazo	5	115.786	123.347	126.922
Títulos e valores mobiliários	5	-	7.792	6.315
Contas a receber de clientes	6	11.716	10.807	30.811
Dividendos a receber	15.1	-	3.152	-
Adiantamento a fornecedores	446	1.240	1.127	2.592
Despesas pagas antecipadamente	413	429	1.278	1.648
Tributos compensáveis	8.525	7.933	9.033	8.504
Outros ativos	19	6	80	30
<b>Não circulante</b>	<b>661.044</b>	<b>663.122</b>	<b>1.187.734</b>	<b>1.108.591</b>
Tributos e contribuições sociais a compensar	-	-	3.187	5.618
Tributos e contribuições sociais diferidos	13	6.399	-	6.399
Outros ativos	153	154	4.742	4.752
Derivativos financeiros	-	-	-	3.180
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	15.1	-	99.560	-
Investimento em controladas	7	355.742	253.732	-
Imobilizado	8	275.880	286.004	1.134.920
Intangível	9	22.870	23.672	38.486
<b>Total do ativo</b>	<b>798.325</b>	<b>813.727</b>	<b>1.379.664</b>	<b>1.381.112</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>	<b>10</b>	<b>37.428</b>	<b>33.028</b>	<b>159.882</b>
Fornecedores	10	3.081	3.394	10.338
Empréstimos e debêntures	11.2	22.868	25.626	41.514
Empréstimos em moeda estrangeira	11.3	-	63.229	250.850
Arrendamentos	-	89	60	255
Salários e férias a pagar	-	1.268	1.113	2.683
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	1.761	1.387
Outros tributos a pagar	-	629	1.345	1.923
Dividendos declarados	15.1	-	-	3.028
Uso do bem público	9	565	543	966
Provisões de constituição dos ativos	12	-	-	23.311
Provisão para compensação ambiental	-	-	-	400
Encargos setoriais	1.232	947	2.620	1.642
Opções de compra de ações outorgadas	7.677	-	7.677	-
Outros passivos	19	-	3.205	48
<b>Não circulante</b>	<b>606.227</b>	<b>609.221</b>	<b>842.410</b>	<b>673.774</b>
Empréstimos e debêntures	11.2	599.706	599.626	806.440
Arrendamentos	-	252	250	4.835
Adiantamento para futuro aumento de capital - Partes relacionadas	15.1	-	-	5.000
Uso do bem público	9	4.714	4.591	8.026
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	-	3.198	3.199
Provisão para contingências	14	-	4.169	4.169
Provisão para compensação ambiental	-	-	3.323	585
Provisões de constituição dos ativos	12	-	712	-
Provisão para desmobilização ativos	-	-	8.349	-
Outras obrigações	1.555	1.556	1.556	1.555
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>154.670</b>	<b>171.478</b>	<b>154.670</b>	<b>171.478</b>
Capital social	16.1	168.270	168.270	168.270
Reserva de capital	-	(518)	-	(518)
Reserva legal	-	3.208	-	3.208
Prejuízos acumulados	(13.082)	-	(13.082)	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>154.670</b>	<b>171.478</b>	<b>154.670</b>	<b>171.478</b>
Participação dos acionistas não controladores	-	-	222.702	215.149
<b>Patrimônio líquido + participações de acionistas não controladores</b>	<b>154.670</b>	<b>171.478</b>	<b>377.372</b>	<b>386.627</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>798.325</b>	<b>813.727</b>	<b>1.379.664</b>	<b>1.381.112</b>

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>				
Dividendos adicionais	-	-	-	-
Aumento de Capital	-	-	-	-
Perda na transação de capital	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-
Compensação com prejuízos acumulados	-	-	(3.859)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>168.270</b>	<b>3.208</b>	-	-
Aumento de Capital	-	-	-	-
Opções de compra de ações outorgadas	1.1	-	-	-
Ganhos (Perdas) em transações com sócios	7	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-
Destinação de dividendos	-	-	-	-
Compensação com prejuízos acumulados	-	-	(3.208)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>168.270</b>	<b>3.208</b>	-	-

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(25.887)	(6.674)	(13.065)	(3.532)
<b>Itens que não afetam o caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>8 e 9</b>	<b>10.891</b>	<b>10.833</b>	<b>34.218</b>
Depreciação e amortização	7			

→ continuação

## Foz do Rio Claro Energia S.A. - CNPJ nº 07.823.262/0001-03

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

potência instalada mínima de 68,4 MW. Ademais, em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 1.953 (mil e novecentos e cinquenta e três) dias, ou seja, até 26 de dezembro de 2046. O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, mediante indenização dos investimentos em imobilizado realizados e ainda não depreciados. A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 9. A Companhia está em plena operação comercial, conforme abaixo:

Unidades geradoras	operação comercial	início da operação comercial	começo do contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência Instalada (MW médios)	Garantia física total (MW médios)
1ª	05 de agosto de 2010	04 de agosto de 2010	nº 2.252	34,2 MW	18,55 MW	
2ª	02 de dezembro de 2010	01 de dezembro de 2010	nº 3.682	34,2 MW	18,55 MW	
					<b>68,4 MW</b>	<b>37,1 MW</b>
					(megawatts)	(megawatts)

Em 02 de dezembro de 2022, foi publicada a Portaria nº 709/GM/MME, de 30 de novembro de 2022, aprovando os valores revistos da Garantia Física das Usinas Hidrelétricas Despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio do Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN". A revisão altera a garantia física total da Usina José de Jesus e Muller da Górea Pereira de 39 MW para 37,1 MW. **Controladas:** A Foz do Rio Claro Energia S.A. (Companhia) controla três Companhias de geração de energia elétrica, duas delas por meio de fonte eólica localizadas no Brasil, no estado do Rio Grande do Norte, com participações diretas de 79,08% na Eólica do Agreste Potiguar I ("EAP I") e de 44,54% na Eólica do Agreste Potiguar II ("EAP II"). As Companhias de fonte eólica EAP I e EAP II passaram a ser consolidadas a partir de 06 de janeiro de 2022, e uma Companhia de geração de energia elétrica por meio de fonte hidrelétrica, Ijuí Energia S.A. ("Ijuí"), localizada no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Rolador e Salvador das Missões, no Rio Ijuí, com participação direta de 51%, e que passou a ser consolidada a partir de 1 de setembro de 2022. Em 21 de julho de 2023, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.474/23, que autorizou o início de operação comercial da EAP I, responsável por implantar e explorar o parque eólico AW São João, localizado no município de Jandaíra, no Rio Grande do Norte, composto por 6 unidades geradoras de 4,2 MW, totalizando potência instalada de 25,2 MW e garantia física de 14,1 MW médios. Em 13 de setembro de 2023, a ANEEL publicou o Despacho nº 3.384/23, que autorizou o início de operação comercial da EAP II, responsável por implantar e explorar o parque eólico AW Santa Régia, localizado no município de Jandaíra, no Rio Grande do Norte, composto por 9 unidades geradoras de 4,2 MW, totalizando potência instalada de 37,8 MW e garantia física de 21,7 MW médios.

Controladas	Localização	Resolução Autorizativa ANEEL nº		Prazo da Autorização		Energia Assegurada MW
		Início	Fim	Início da Operação	Assegurada	
Eólica do Agreste Potiguar I	Jandaíra (RN)	8521/2020	24/01/2020	17/11/2055	27/07/2023	25.200
Eólica do Agreste Potiguar II	Jandaíra (RN)	8520/2020	24/01/2020	17/11/2055	13/09/2023	37.800
Ijuí Energia S.A.	Rolador e Salvador das Missões (RS)	006/2006	29/03/2011	03/02/2046	28/03/2011	51.000

Não há previsão de renovação das autorizações das Companhias de fonte eólicas, obrigação de entrega dos ativos ou direito de indenização ao final do prazo das autorizações. **1.1 - Assuntos relevantes do período: Acordo para autoprodução com a WEG S.A.:** Em 05 de julho de 2023, a controlada Eólica do Agreste Potiguar II ("EAP II") celebrou contrato com duas controladas da WEG S.A. ("WEG") para a formação de uma parceria societária que tem por objeto a geração de energia para o consumo pelas unidades produtivas da WEG. A EAP II e a WEG firmam essa Parceria para explorar o parque eólico AW Santa Régia localizado no município de Jandaíra - RN, que terá capacidade instalada de 37,8 MW e garantia física de 21,7 MW médios, dos quais cerca de 15 MW médios serão anualmente entregues à WEG sob o regime de autoprodução por equiparação, com início de suprimento de energia a partir de janeiro de 2024. Em 14 de dezembro de 2024, Esta Parceria contribui para a expansão dos parques geradores da Controladora através de operações no mercado livre de energia e reforça o posicionamento da mesma no âmbito de uma transição energética mais sustentável e renovável. **Aumento de Capital na EAP II e conversão de ações:** Em finalização ao contrato celebrado em 5 de julho de 2023, divulgado na nota explicativa nº 1.1, a WEG efetuou aporte de capital na EAP II no montante de R\$10.656 em 6 de outubro de 2023 e com isso adquiriu 10.829,04 ações ordinárias da EAP II, ao preço de R\$0,98 por ação. A Alupar e Foz do Rio Claro realizaram troca de ações, ordinárias por preferenciais, em uma razão de 11 ações ON para 1 ação PN, que não resultou na perda de controle da Foz do Rio Claro. A Alupar passou a ser proprietária de 4.087.876 ações preferenciais mediante a conversão de 44.969.803 ações ordinárias de emissão da Companhia e de sua titularidade em 4.087.876 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, portanto aproximadamente 11 ações ordinárias para cada ação preferencial. A Foz passou a ser proprietária de 10.264.731 ações preferenciais mediante a conversão de 112.920.008 ações ordinárias de emissão da Companhia e de sua titularidade em 10.264.731 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, portanto aproximadamente 11 ações ordinárias para cada ação preferencial. Com isso a participação acionária na EAP II passou a ser a seguinte:

EAP II	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Alupar Investimento	1.003.573	6,99%	4.087.876	28,48%	5.091.449	17,74%
Foz do Rio Claro Energia S.A.	2.519.992	17,56%	10.264.731	71,52%	12.784.723	44,54%
WEG Equipamentos	9.876.086	68,81%	—	0,00%	9.876.086	34,41%
WEG Linhares	952.956	6,64%	—	0,00%	952.956	3,32%
<b>Capital Social</b>	<b>14.352.607</b>	<b>100,00%</b>	<b>14.352.607</b>	<b>100,00%</b>	<b>28.705.214</b>	<b>100,00%</b>

Conforme descrito no contrato, na distribuição de dividendos, cada ação preferencial fará jus ao recebimento de dividendo correspondente a 10 vezes o valor distribuído a cada ação ordinária. Logo a WEG fará jus a 10 vezes o dividendo distribuído e a Alupar e Foz do Rio Claro farão jus a 10 vezes o dividendo distribuído. O contrato ainda prevê opção de compra e venda de ações, no qual o direito, a obrigação a Alupar e a Foz do Rio Claro a recomprarem a totalidade das ações detidas pela WEG, podendo ser exercida por qualquer acionista a qualquer tempo durante o prazo do contrato. O preço tanto pela recompra pela Alupar e Foz do Rio Claro, como pela venda da WEG será o valor aportado, de R\$10.656, atualizado pelo IPCA. Como se trata de um instrumento com opção de venda, o CPC 39 (IAS 32) item 16A determina que tal instrumento seja classificado como passivo financeiro e não como item de patrimônio, não obstante, a Administração avaliou que a Alupar e a Foz do Rio Claro possuem direitos substantivos sobre a EAP II, possuindo controle sobre as atividades relevantes e estando mais expostas aos riscos e retornos, diante deste cenário, para fins de reconhecimento da equivalência patrimonial e consolidação, é considerado que não existe participação de acionistas não controladores na EAP II em relação a participação da WEG que foi tratado como instrumento financeiro. O respectivo passivo foi contabilizado na rubrica de compra de ações outorgadas no passivo circulante no montante de R\$ 7.621. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2023 é R\$ 7.677.

#### 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

**2.1 Base de preparação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão Valores Mobiliários (CVM), legislação societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e apresentadas de forma consistente com normas complementares emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Assim como, em conformidade com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando essas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou com as normas internacionais. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **2.2 Base de preparação e conformidade:** A autorização para emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foi efetuada em Declaração de Diretoria realizada em 04 de março de 2024. Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos decorrentes de operações de aquisição e venda de ativos e passivos, bem como do **funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outros provisos, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos. As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que representam riscos significativos nas execuções anteriores, os ajustes materiais às demonstrações contábeis individuais e consolidadas no próximo exercício, referem-se a registros dos efeitos decorrentes de: • Nota 6 - Contas a receber de clientes: Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") da controladora "Foz" e controlada "Ijuí"; • Nota 13 - Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: disponibilidade de lucro tributável no futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos: passivos referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão na controladora Foz. • Nota 14 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda. **2.5 Critérios de consolidação:** As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas informações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle dele se extingue. Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações: • Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros. • Participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício das empresas controladas. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

#### 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**3.1 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia ou suas controladas se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia ou suas controladas mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir: • é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e, • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia ou suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação de modelo de negócios:** A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, por isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia ou suas controladas tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou o saque de receitas de juros é avaliado e reportado à Administração; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os ajustes de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transações de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, da maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** • Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado. • Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e ganhos e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros -**

**classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, e é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia ou suas controladas, nem transfere, nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia ou suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2 Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros:** A Companhia e suas controladas avaliam a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia e suas controladas mensuram as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia ou suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia e suas controladas consideram ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma). **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa deixados a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia ou suas controladas esperam receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data do balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros terão problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou, • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia ou suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia ou suas controladas para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** A Companhia e suas controladas revisam anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC). A Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não identificaram tais eventos ou circunstâncias. **3.3 Investimentos:** Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais (Controladora). **3.4 Instrumentos financeiros derivativos:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mantidos ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o derivativo ser designado ou não como instrumento de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia e suas controladas não adotam a contabilidade de hedge accounting e designa seus derivativos como: **Instrumentos derivativos não designados em hedge accounting:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa em reais, as controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial iuros. O principal instrumento utilizado é o **swap. Instrumentos de proteção de dívida em Dólares:** Instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de converter para real brasileiro as dívidas e empréstimos denominados em dólares americanos, por meio de SWAPs. Nesses instrumentos as controladas da Companhia trocam a posição de exposição cambial do dólar americano dos empréstimos tomados pela taxa de juros flutuante do CDI mais taxa de juros fixa. Ganhos, bem como a marcação a mercado das operações são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica de "Ativo imobilizado". **3.5 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.6 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, as quais estão alinhadas com os termos da Resolução ANEEL nº 674/2015. **3.7 Intangível:** O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica. Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação - LI (04 de junho de 2008), a valor presente, e a contrapartida na conta de Uso do Bem Público no Passivo. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão. Extensão da concessão: A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga em novembro de 2021, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo - extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até dezembro de 2046.

**3.8 Tributação: Tributos sobre as vendas (controladoras):** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60%; • Transações na CCEE - Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e • Transações na CCEE - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3%. Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência e deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são registrados no resultado são calculados conforme sistemática do Lucro Real, para a aplicação do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% e acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 20 mil pelo número de meses do respectivo período de apuração totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social - diferidos Ativos e Passivos são mensurados com base nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no ativo referem-se ao reconhecimento de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, e são revertidas à medida em que os saldos vão se realizando. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão. **Tributos sobre as vendas (controladas):** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; e • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%. Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência. São deduzidos da Receita de geração de energia elétrica, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas pelas alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. **3.9 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D:** Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D, são apurados nos termos da

legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia e a controlada "Ijuí" têm a obrigação de aplicar 0,40% da Receita operacional líquida ajustada, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC e baixados conforme realização dos projetos. **3.10 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica:** A Companhia e a controlada "Ijuí", em conformidade com a Lei 9427/1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia. **3.11 Arrendamentos:** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. A Companhia utiliza como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento futuros. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante. **3.12 Provisão para desmobilização:** Em consonância com o CPC 27 - Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver o terreno arrendado ondo o parque encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento. As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. **3.13 Receita de geração de energia elétrica:** As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) a certeza às obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir: (i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia e sua controlada "Ijuí" vendem a energia produzida no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, a comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado 100% da garantia física, equivalente a 39 MW médios, cujo preço médio de venda atualizado na Controladora em dezembro de 2023 é de R\$ 282,67 MW/h (R\$ 259,01 MW/h em 2022) e na controlada "Ijuí" a garantia física equivalente a 30 MW médios cujo preço médio de venda atualizado em dezembro de 2023 é de R\$ 302,97 (R\$ 277,81 MW/h em 2022), reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 35 anos contados a partir de agosto de 2006. As controladas "EAP I" e "EAP II" comercializam a sua energia produzida no Ambiente de Contratação Livre -ACL através de contratos bilaterais. Durante o segundo semestre de 2023, a venda de energia da "EAP I" foi realizada ao preço médio de venda de R\$105,39 por MWh e na "EAP II" ao preço médio de R\$ 122,71 por MWh. (ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE (Método de Realocação de Energia), e é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD. **3.14 Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros. A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou, • Ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **3.15 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo e de curto prazo são ajustados a valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **3.16 Informação por segmento:** A Companhia e suas controladas são administradas com uma única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente e consequentemente tem um único segmento que a Administração da Companhia utiliza para analisar seu desempenho operacional e financeiro. As operações da Companhia e suas controladas são realizadas em território nacional. **3.17 Novas normas e interpretações:** A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis: • Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23 (IAS 8)); • Divulgação de políticas contábeis (alterações no CPC 26 (IAS 1)); e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações no CPC 32 (IAS 12)). **Novas normas e interpretações ainda não vigentes:** Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2024 ou após, sendo: • Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26 (IAS 1)); • Alterações ao CPC 06 (IFRS 16) Passivo de Locação em uma operação de Sale and Leaseback; e • Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (IAS 7) e CPC 40 (IFRS 7). A Companhia está avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, quando esses estiverem em vigor.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Remuneração		Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fundo fixo	—	—	—	—	9	10
Banco conta movimento	—	—	371	3.673	14.865	30.001
Aplicações financeiras automáticas	20,00 % do CDI	—	3	14	3	3.017
			<u>376</u>	<u>3.691</u>	<u>14.877</u>	<u>33.028</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

#### 5. INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Remuneração		Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de Investimento - STA Energia	101,12%	102,06%	115.786	123.347	126.932	198.403
Títulos e valores mobiliários - Controlada "Ijuí"	—	—	—	—		

\* continuação

## Foz do Rio Claro Energia S.A. - CNPJ nº 07.823.262/0001-03

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Controladora				Consolidado							
	Taxa média anual de depreciação	31/12/2021	Adições	Baixas	Outros (i)	31/12/2022	Adições	Baixas	Outros (i)	31/12/2022		
<b>Em serviço</b>												
Terrenos	-	8.746	526	(357)	95	9.010	8.746	28.844	526	(357)	95	37.854
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	2%	121.767	5	-	-	121.772	121.767	201.431	307	-	-	323.505
Edificações, Obras Cíveis e Benfitorias	2%	99.029	-	-	-	99.029	99.029	35.351	20	-	-	134.400
Máquinas e Equipamentos	3%	169.194	442	-	-	169.636	169.194	220.939	568	-	-	390.701
Veículos	15%	60	-	-	-	60	60	82	-	-	-	142
Móveis e Utensílios	4%	53	37	-	-	90	53	79	37	-	-	169
Direito de Uso sobre												
Arrendamento	12%	784	-	-	(181)	603	784	1.086	-	-	(155)	1.715
Em curso		4.344	3.651	-	(95)	7.900	4.344	91.532	334.514	-	-	435.622
<b>Total do custo do imobilizado</b>		<b>403.977</b>	<b>4.661</b>	<b>(357)</b>	<b>(181)</b>	<b>408.100</b>	<b>403.977</b>	<b>579.344</b>	<b>335.972</b>	<b>(357)</b>	<b>5.172</b>	<b>1.324.108</b>
<b>Depreciação</b>												
Reservatórios, Barragens e Aduadoras		(30.382)	(2.666)	-	-	(33.048)	(30.382)	(51.550)	(4.166)	-	-	(86.098)
Edificações, Obras Cíveis e Benfitorias		(23.122)	(2.025)	-	-	(25.147)	(23.122)	(10.297)	(2.325)	-	-	(35.744)
Máquinas e Equipamentos		(58.229)	(5.258)	-	-	(63.487)	(58.229)	(77.999)	(7.559)	-	-	(143.787)
Veículos		(60)	-	-	-	(60)	(60)	(77)	(1)	-	-	(138)
Móveis e Utensílios		(32)	(3)	-	-	(35)	(32)	(43)	(6)	-	-	(81)
Direito de Uso sobre												
Arrendamento		(252)	(67)	-	-	(319)	(252)	(414)	(116)	-	-	(782)
<b>Total da depreciação</b>		<b>(112.077)</b>	<b>(10.019)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(122.096)</b>	<b>(112.077)</b>	<b>(140.380)</b>	<b>(14.173)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(266.630)</b>
<b>Total do imobilizado líquido</b>		<b>291.900</b>	<b>(5.358)</b>	<b>(357)</b>	<b>(181)</b>	<b>286.004</b>	<b>291.900</b>	<b>438.964</b>	<b>321.799</b>	<b>(357)</b>	<b>5.172</b>	<b>1.057.478</b>

(i) Outros refere-se a remensuração de arrendamentos da controladora e suas controladas e custos dos empréstimos, receita de aplicação financeira, baixa de adiantamento de fornecedores e provisões de constituição de ativos e ambientais que foram capitalizados referente as controladas "EAP I" e "EAP II"; (ii) Os saldos destacados na rubrica imobilizado em curso consolidado trata-se da composição dos custos realizados em benefício das obras nas controladas Eólica do Agreste Potiguar II e Eólica do Agreste Potiguar I. Estes gastos, ao final da construção, foram rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de utilização, conforme orientado do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL. (iii) O saldo de R\$ 100 na rubrica de transferências refere-se a serviços alocados no intangível. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não identificou indicativos de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado.

#### 9. INTANGÍVEL

A composição e movimentação do custo do intangível e da amortização é a seguinte:

	Controladora				Consolidado				
	Taxa média anual de amortização	31/12/2021	Adições	31/12/2022	31/12/2021	Adições	Baixas	Reclassificações	31/12/2022
<b>Em serviço</b>									
Serviços	0%	4.303	-	4.303	4.579	-	-	100	4.679
Software	0%	112	13	125	248	36	-	10	294
Outros intangíveis (ii)	19%	187	-	187	288	2.142	(7)	-	2.423
Uso do bem público (i)	2%	2.955	-	2.955	5.166	-	-	-	5.166
Extensão da concessão	4%	18.921	-	18.921	32.015	-	-	-	32.015
Em curso		16	(2)	14	106	200	-	(95)	211
<b>Total do custo do intangível</b>		<b>26.494</b>	<b>11</b>	<b>26.505</b>	<b>42.402</b>	<b>2.378</b>	<b>(7)</b>	<b>15</b>	<b>44.788</b>
<b>Amortização</b>									
Software		(99)	(8)	(107)	(230)	(14)	-	-	(244)
Outros intangíveis		(187)	-	(187)	(288)	(61)	-	-	(349)
Uso do bem público - UBP		(1.659)	(53)	(1.712)	(2.816)	(98)	-	-	(2.914)
Extensão da Concessão		(877)	(752)	(1.629)	(1.505)	(1.290)	-	-	(2.795)
<b>Total da amortização</b>		<b>(2.822)</b>	<b>(813)</b>	<b>(3.635)</b>	<b>(4.839)</b>	<b>(1.463)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.302)</b>
<b>Total do intangível líquido</b>		<b>23.672</b>	<b>(802)</b>	<b>22.870</b>	<b>37.563</b>	<b>915</b>	<b>(7)</b>	<b>15</b>	<b>38.486</b>

(i) O montante de R\$ 2.142 apresentado na coluna de adições refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das Controladas "EAP I" e "EAP II", relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes.

	Controladora				Consolidado				
	Taxa média anual de amortização	31/12/2021	Adições	31/12/2022	31/12/2021	Adições	Baixas	Reclassificações	31/12/2022
<b>Em serviço</b>									
Serviços	0%	4.303	-	4.303	4.303	-	276	-	4.579
Software	0%	112	-	112	112	136	-	248	248
Outros intangíveis	19%	187	-	187	187	101	-	288	288
Uso do bem público (i)	2%	2.955	-	2.955	5.166	-	-	-	5.166
Extensão da concessão	4%	18.921	-	18.921	32.015	-	-	-	32.015
Em curso		14	2	16	14	48	44	106	106
<b>Total do custo do intangível</b>		<b>26.492</b>	<b>2</b>	<b>26.494</b>	<b>26.492</b>	<b>15.866</b>	<b>44</b>	<b>42.402</b>	

Empresas	Financiadores	Data da contratação		Principal contratado	Encargos		Periodicidade da amortização (Principal/Juros)
		31/12/2021	Adições 31/12/2022		Indexador	Juros %	
Foz do Rio Claro	Pentágono S.A.	15/09/2021	15/09/2028	600.000	100% da taxa DI	2,00% a.a.	Semestral
Ijuí Energia	BNDES	09/04/2008	15/09/2027	168.200	TJPL	3,17% a.a.	Semestral
EAP I	BNB	15/12/2023	15/10/2047	84.139	IPCA	4,55% a.a.	Mensal
EAP II	BNB	15/12/2023	15/10/2047	97.528	IPCA	4,55% a.a.	Mensal

Empresas	Financiadores	Data da contratação		Principal contratado	Encargos		Periodicidade da amortização (Principal/Juros)
		31/12/2021	Adições 31/12/2022		Indexador	Juros %	
Foz do Rio Claro	Pentágono S.A.	15/09/2021	15/09/2028	600.000	100% da taxa DI	2,00% a.a.	Semestral
Ijuí Energia	BNDES	09/04/2008	15/09/2027	168.200	TJPL	3,17% a.a.	Semestral

11.3 Empréstimos em moeda estrangeira: Captação em moeda estrangeira: Em 21 de junho de 2022 as Controladas Eólica Agreste Potiguar I e Eólica Agreste Potiguar II, firmaram contratos de empréstimos em dólares americanos, sendo o montante de US\$ 20.294, equivalente a R\$ 104.308 pela Eólica Agreste Potiguar I e US\$ 27.707, equivalente a R\$ 142.412 pela Eólica Agreste Potiguar II, com pagamento do principal, por contrato de câmbio, no final do contrato em 21 de dezembro de 2023, e juros semestrais em dezembro de 2022, junho de 2023 e dezembro de 2023. Parte deste empréstimo foi amortizado em 21 de dezembro de 2023 no montante R\$ 93.957 (EAP I) e R\$ 106.508 (EAP II) com parte dos recursos oriundos do empréstimo obtido junto ao Banco BNB em 15 de dezembro de 2023. Descrito na nota explicativa 11.4. O saldo remanescente da dívida foi renegociado e em 21 de dezembro de 2023 as controladas firmaram um novo contrato de curto prazo em dólares americanos, sendo o montante de US\$ 3.581, equivalente a R\$ 17.463 na "EAP I", e US\$ 9.354, equivalente a R\$ 45.615 na "EAP II", onde foi definido o pagamento da operação em parcela única de principal mais juros para a data de 16/02/2024, podendo ser quitado de forma antecipada. Na data de vencimento da operação haverá a conversão do real ao dólar para quitação da dívida. Em 23 de janeiro de 2024 as controladas "EAP I" e "EAP II" realizaram a liquidação do empréstimo em moeda estrangeira no montante de R\$ 17.738 (EAP I) e R\$ 46.331 (EAP II) com recursos oriundos do ingresso das debêntures. **Instrumentos Financeiros:** As Controladas contrataram operações de SWAP em junho de 2022 para proteção da exposição cambial e risco de oscilação da taxa de juros dos empréstimos em moeda estrangeira. As operações com o efeito do SWAP apresentam taxa da moeda US\$ (SOFR+0,60%) \* 1.17647 pela variação do CDI mais 0,98% ao ano. Em 21 de dezembro de 2023 as Controladas contrataram operação de SWAP para proteção da exposição cambial e risco de oscilação da taxa de juros dos empréstimos em moeda estrangeira. A operação com o efeito do SWAP apresenta taxa da moeda US\$ (SOFR+0,70%) \* 1.17647 pela variação do CDI mais 1,13% ao ano.

Empresas	Financiadores	Data da contratação		Principal contratado	Encargos		Periodicidade da amortização (Principal/Juros)
		31/12/2021	Adições 31/12/2022		Indexador	Juros %	
Citibank S.A.	Eólica Agreste Potiguar I	21/06/2022	21/12/2023	104.308	100% da CDI	0,98% a.a.	Semestral
Citibank S.A.	Eólica Agreste Potiguar II	21/06/2022	21/12/2023	142.412	100% da CDI	0,98% a.a.	Semestral

11.4 Empréstimos BNB: Em 29 de setembro de 2023 as Controladas Eólica Agreste Potiguar I e Eólica Agreste Potiguar II celebraram junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. o Contrato de Financiamento por instrumento Particular n° 35.2023.9396.30266, no valor de R\$ 84.139 para a "EAP I" e contrato n° 35.2023.9396.30267 no valor de R\$ 114.738 (EAP II). Os recursos relacionados a este financiamento foram liberados parcialmente pelo Banco do Nordeste (BNB). Sendo a primeira liberação período de 15 de dezembro de 2023, representando 85% do valor total, ou seja, R\$ 71.518 para a "EAP I" e em 20 de dezembro de 2023 o valor total de R\$ 97.527 para a "EAP II". Os 15% restantes do montante serão liberados à medida que forem comprovadas as obrigações financeiras relacionadas ao contrato. O financiamento possui como fator de correção Juros Básicos Fixo de 5,3534% ao ano e sobre os Juros Básicos Fixos incidirão os Juros Básicos Variáveis (JBV) com base no Fator de Atualização Monetária (FAM) apurado pela variação média do IPCA, referente ao período entre o 2º e o 13º meses anteriores ao mês de cálculo. O financiamento possui carência do principal de 6 meses, com o primeiro pagamento de juros em 15/01/2024 a 15/04/2024. A partir de 15/05/2024, serão amortizados mensalmente principal e juros em 26 parcelas mensais consecutivas. Para contratação do Financiamento foi exigido contratação de Fiança Bancária em favor do Banco, no valor equivalente à liberação do recurso financiado. A Fiança será mantida até a data efetiva da liquidação do contrato. **11.5 As movimentações de empréstimos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:**

	Controladora				Consolidado			
	Nota	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
<b>Saldo inicial</b>		625.252	611.981	947.370	611.981	-	-	611.981
Empréstimo adquirido em combinação de negócios		-	-	-	75.991	-	-	75.991
Ingresso de dívidas		-	-	-	169.143	-	-	246.720
Encargos de dívidas (*)	20	86.643	83.520	124.104	103.935	-	-	207.870
Amortização do principal		-	-	-	(186.032)	-	-	(4.972)
Amortização dos juros		-	-	-	(89.400)	(70.328)	-	(159.728)
Variação cambial		-	-	-	(1.402)	-	-	(3.759)
Variação monetária		-	-	-	79	79	-	158
(-) Custo de captação - a apropriar		-	-	-	(832)	-	-	(832)
<b>Total</b>		<b>625.252</b>	<b>625.252</b>	<b>911.983</b>	<b>947.370</b>	<b>17.336</b>	<b>17.508</b>	<b>106.053</b>

(\*) Os encargos sobre empréstimos das controladas "Eólicas do Potiguar I" foram capitalizados até 31 de julho de 2023 e "Eólicas do Potiguar II" até 30 de setembro de 2023, devido estarem em fase pré-operacional. Após entrada em operação os valores foram registrados como despesa financeira. Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas relativas ao financiamento classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

Parcelas vencíveis (R\$)	Controladora				Consolidado					
	2025	2026	2027	Após 2027	Dívida Total	2025	2026	2027	Após 2027	Dívida Total
Debêntures	-	150.000	150.000	300.000	600.000	-	150.000	150.000	300.000	600.000
(-) Custo a amortizar	(79)	(79)	(79)	(57)	(294)	(79)	(79)	(79)	(57)	(294)
<b>Total</b>	<b>(79)</b>	<b>149.921</b>	<b>149.921</b>	<b>299.943</b>	<b>599.706</b>	<b>(79)</b>	<b>149.921</b>	<b>149.921</b>	<b>299.943</b>	<b>599.706</b>

Parcelas vencíveis (R\$)	Controladora				Consolidado					
	2025	2026	2027	Após 2027	Dívida Total	2025	2026	2027	Após 2027	Dívida Total
Empréstimos - Controlada Ijuí	15.115	15.115	11.282	41.512	41.512	15.115	15.115	11.282	41.512	41.512
Empréstimo - Controlada EAP I e EAP II	3.550	3.629	4.289	153.754	165.222	3.550	3.629	4.289	153.754	165.222
Debêntures - Controladora	-	150.000	150.000	300.000	600.000	-	150.000	150.000	300.000	600.000
(-) Custo a amortizar - Controladora	(79)	(79)	(79)	(57)	(294)	(79)	(79)	(79)	(57)	(294)
<b>Total</b>	<b>(79)</b>	<b>185.866</b>	<b>168.665</b>	<b>165.492</b>	<b>453.697</b>	<b>(79)</b>	<b>185.866</b>	<b>168.665</b>	<b>165.492</b>	<b>453.697</b>

12. PROVISÕES DE CONSTITUIÇÃO DOS ATIVOS

	Consolidado			
	31/12/2021	Ingresso	31/12/2022	31/12/2022
Eólica Agreste Potiguar I	-	7.066	-	7.066
Eólica Agreste Potiguar II	-	16.957	-	16.957
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>24.023</b>	<b>-</b>	<b>24.023</b>

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado.

	Controladora e Consolidado					
	Nota	Saldo em 31/12/2021	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2022	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2022
<b>Ativo (i)</b>						
<b>Base de cálculo acumulada de Prejuízo Fiscal</b>		1.235</				

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

**15.3 Remuneração da alta administração:** De acordo o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição. A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus a remuneração equivalente até 19% daquela devida à Diretoria.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo (a)	(890)	(355)	(1.299)	(376)
Remuneração do conselho	(56)	(56)	(101)	(71)
<b>Total</b>	<b>(946)</b>	<b>(411)</b>	<b>(1.400)</b>	<b>(447)</b>

(a) Compostos por ordenados, salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale-refeição.

**16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**16.1 Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 168.270 e está representado por 108.708.978 ações nominativas, sendo 67.717.178 ações ordinárias e 40.991.800 ações preferenciais, sem valor nominal.

	31/12/2023 e 31/12/2022		Total		
	Ordinárias	Preferenciais			
	Quantidade	%	Quantidade		
Acionistas	67.717.177	100	40.991.800	100	108.708.977
Alupar Investimento S.A.	1	0,00%	1	0,00%	1
AF Energia S.A.	1	0,00%	1	0,00%	1
<b>Total das ações</b>	<b>67.717.178</b>	<b>100</b>	<b>40.991.800</b>	<b>100</b>	<b>108.708.978</b>

**Reserva de Lucros: a. Reserva legal:** 5% do lucro líquido anual apurado nos livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

**17. LUCRO E PREJUÍZO POR AÇÃO**

A Companhia e suas controladas efetuam os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e ações preferenciais totais em circulação, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Numerador	(16.290)	(3.859)	(7.466)	(1.513)
Prejuízo por exercício	67.717.178	67.717.178	67.717.178	67.717.178
Denominador	40.991.800	40.991.800	40.991.800	40.991.800
Média ponderada do número de ações ordinárias	(0,1498)	(0,0355)	(0,0687)	(0,0139)
Média ponderada do número de ações preferenciais	(0,1498)	(0,0355)	(0,0687)	(0,0139)
<b>Resultado básico e diluído por ação ordinária R\$</b>	<b>(0,1498)</b>	<b>(0,0355)</b>	<b>(0,0687)</b>	<b>(0,0139)</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação preferencial R\$</b>	<b>(0,1498)</b>	<b>(0,0355)</b>	<b>(0,0687)</b>	<b>(0,0139)</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita de geração de energia elétrica	94.814	88.550	184.217	114.323
Suprimento de energia	2.091	1.519	5.185	1.763
Ajuste positivo CCEE	96.905	90.069	189.402	116.086

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Deduções	(1.585)	(1.464)	(2.186)	(1.633)
PIS - Programa de integração social	(7.300)	(6.743)	(10.075)	(7.525)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(852)	(792)	(1.599)	(1.037)
PD&D - Pesquisa e desenvolvimento	(259)	(234)	(559)	(292)
TFSSE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(9.996)	(9.233)	(14.419)	(10.487)
<b>Total</b>	<b>86.909</b>	<b>80.836</b>	<b>174.983</b>	<b>105.599</b>

**18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita de geração de energia elétrica	94.814	88.550	184.217	114.323
Suprimento de energia	2.091	1.519	5.185	1.763
Ajuste positivo CCEE	96.905	90.069	189.402	116.086

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Deduções	(1.585)	(1.464)	(2.186)	(1.633)
PIS - Programa de integração social	(7.300)	(6.743)	(10.075)	(7.525)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(852)	(792)	(1.599)	(1.037)
PD&D - Pesquisa e desenvolvimento	(259)	(234)	(559)	(292)
TFSSE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(9.996)	(9.233)	(14.419)	(10.487)
<b>Total</b>	<b>86.909</b>	<b>80.836</b>	<b>174.983</b>	<b>105.599</b>

**19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custos não gerenciáveis	(7.953)	(7.178)	(15.844)	(10.846)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.706)	(1.611)	(3.068)	(1.859)
Compensação financeira	(54)	(54)	(99)	(69)
Utilização do Bem Público - UBP	(80)	(20)	(27)	(5)
Doações, contribuições e subvenções	(9.793)	(20)	(8.870)	(5)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custos gerenciáveis	(3.273)	(1.615)	(8.089)	(2.471)
Energia comprada para revenda	(552)	(7)	(529)	(7)
Energia comprada para revenda - Partes relacionadas	(113)	(32)	(82)	(69)
Seguros	(2.619)	(1.686)	(2.317)	(2.158)
Aluguéis	(946)	(411)	(411)	(447)
Pessoal	(392)	(25)	(517)	(43)
Honorários da diretoria e conselho de administração	(2.397)	(1.653)	(1.578)	(1.643)
Material	(1.512)	(1.924)	(3.008)	(2.571)
Serviços de Terceiros - partes relacionadas	(10)	(159)	(38)	(93)
Serviços de Terceiros - partes relacionadas	(10)	(159)	(38)	(93)
Provisão para contingências	-	-	-	241
Outros	-	-	-	(120)
Condenação Judicial	-	-	-	(2.851)
Outras receitas	-	-	93	-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Depreciação e Amortização	(15.838)	(4.508)	(13.924)	(4.392)
Total	(36.386)	(4.510)	(33.504)	(4.466)

Os custos e despesas operacionais são classificados entre gerenciáveis e não gerenciáveis, em linha com os requerimentos regulatórios do setor elétrico.

**20. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras	13.695	33.586	16.824	33.591
Receita de aplicações financeiras (*)	983	-	999	-
Outras receitas financeiras	14.678	33.586	17.823	33.591

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras	11	(86.643)	(83.520)	(103.362)
Encargos sobre debêntures, empréstimos e financiamentos (**)	-	-	-	(1.182)
Varição monetária sobre empréstimos	(695)	(931)	(1.243)	(1.044)
Varição monetária UBP	(517)	(504)	(1.061)	(3.022)
Outros	(87.855)	(84.955)	(106.848)	(87.586)
Total	(73.177)	(51.369)	(89.025)	(53.995)

(\*) O montante de receita de aplicações financeiras está líquido de impostos. (\*\*) Os encargos sobre empréstimos das controladas "Eólicas do Potiguar I" foram capitalizados até 31 de julho de 2023 e "Eólicas do Potiguar II" até 30 de setembro de 2023, devido estarem em fase pré-operacional. Após essa data foram contabilizados como despesa financeira.

**21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda	(25.887)	(25.887)	(6.674)	(6.674)
Contribuição social	(1.355)	(1.471)	(844)	(857)
Imposto de renda (II)	(27.242)	(27.358)	(7.518)	(7.531)
Contribuição social (II)	-	-	-	-
Imposto de renda (I)	(13.065)	(13.065)	(13.065)	(13.065)
Contribuição social (I)	21	(95)	1.231	1.110
Imposto de renda (III)	(2.409)	(2.409)	(2.409)	(2.422)
Contribuição social (III)	-	-	-	-
Imposto de renda (IV)	-	-	-	-
Contribuição social (IV)	-	-	-	-
Imposto de renda (V)	-	-	-	-
Contribuição social (V)	-	-	-	-
Imposto de renda (VI)	-	-	-	-
Contribuição social (VI)	-	-	-	-
Imposto de renda (VII)	-	-	-	-
Contribuição social (VII)	-	-	-	-
Imposto de renda (VIII)	-	-	-	-
Contribuição social (VIII)	-	-	-	-
Imposto de renda (IX)	-	-	-	-
Contribuição social (IX)	-	-	-	-
Imposto de renda (X)	-	-	-	-
Contribuição social (X)	-	-	-	-
Imposto de renda (XI)	-	-	-	-
Contribuição social (XI)	-	-	-	-
Imposto de renda (XII)	-	-	-	-
Contribuição social (XII)	-	-	-	-
Imposto de renda (XIII)	-	-	-	-
Contribuição social (XIII)	-	-	-	-
Imposto de renda (XIV)	-	-	-	-
Contribuição social (XIV)	-	-	-	-
Imposto de renda (XV)	-	-	-	-
Contribuição social (XV)	-	-	-	-
Imposto de renda (XVI)	-	-	-	-
Contribuição social (XVI)	-	-	-	-
Imposto de renda (XVII)	-	-	-	-
Contribuição social (XVII)	-	-	-	-
Imposto de renda (XVIII)	-	-	-	-
Contribuição social (XVIII)	-	-	-	-
Imposto de renda (XIX)	-	-	-	-
Contribuição social (XIX)	-	-	-	-
Imposto de renda (XX)	-	-	-	-
Contribuição social (XX)	-	-	-	-
Imposto de renda (XXI)	-	-	-	-
Contribuição social (XXI)	-	-	-	-
Imposto de renda (XXII)	-	-	-	-
Contribuição social (XXII)	-	-	-	-
Imposto de renda (XXIII)	-	-	-	-
Contribuição social (XXIII)	-	-	-	-
Imposto de renda (XXIV)	-	-	-	-
Contribuição social (XXIV)	-	-	-	-
Imposto de renda (XXV)	-	-	-	-
Contribuição social (XXV)	-	-	-	-
Imposto de renda (XXVI)	-	-	-	-
Contribuição social (XXVI)	-	-	-	-
Imposto de renda (XXVII)	-	-	-	-
Contribuição social (XXVII)	-	-	-	-
Imposto de renda (XXVIII)	-	-	-	-
Contribuição social (XXVIII)	-	-	-	-
Imposto de renda (XXIX)	-	-	-	-
Contribuição social (XXIX)	-	-	-	-
Imposto de renda (XXX)	-	-	-	-
Contribuição social (XXX)	-	-	-	-
Imposto de renda (XXXI)	-	-	-	-
Contribuição social (XXXI)	-	-	-	-
Imposto de renda (XXXII)	-	-	-	-
Contribuição social (XXXII)	-	-	-	-
Imposto de renda (XXXIII)	-	-	-	-
Contribuição social (XXXIII)	-	-	-	-
Imposto de renda (XXXIV)	-	-	-	-
Contribuição social (XXXIV)	-	-	-	-
Imposto de renda (XXXV)	-	-	-	-
Contribuição social (XXXV)	-	-	-	-
Imposto de renda (XXXVI)	-	-	-	-
Contribuição social (XXXVI)	-	-	-	-
Imposto de renda (XXXVII)	-	-	-	-
Contribuição social (XXXVII)	-	-	-	-
Imposto de renda (XXXVIII)	-	-	-	-
Contribuição social (XXXVIII)	-	-	-	-
Imposto de renda (XXXIX)	-	-	-	-
Contribuição social (XXXIX)	-	-	-	-
Imposto de renda (XL)	-	-	-	-
Contribuição social (XL)	-	-	-	-
Imposto de renda (XLI)	-	-	-	-
Contribuição social (XLI)	-	-	-	-
Imposto de renda (XLII)	-	-	-	-
Contribuição social (XLII)	-	-	-	-
Imposto de renda (XLIII)	-	-	-	-
Contribuição social (XLIII)	-	-	-	-
Imposto de renda (XLIV)	-	-	-	-
Contribuição social (XLIV)	-	-	-	-
Imposto de renda (XLV)	-	-	-	-
Contribuição social (XLV)	-	-	-	-
Imposto de renda (XLVI)	-	-	-	-
Contribuição social (XLVI)	-	-	-	-
Imposto de renda (XLVII)	-	-	-	-
Contribuição social (XLVII)	-	-	-	-
Imposto de renda (XLVIII)	-	-	-	-
Contribuição social (XLVIII)	-	-	-	-
Imposto de renda (XLIX)	-	-	-	-
Contribuição social (XLIX)	-	-	-	-
Imposto de renda (L)	-	-	-	-
Contribuição social (L)	-	-	-	-
Imposto de renda (LI)	-	-	-	-
Contribuição social (LI)	-	-	-	-
Imposto de renda (LII)	-	-	-	-
Contribuição social (LII)	-	-	-	-
Imposto de renda (LIII)	-	-	-	-
Contribuição social (LIII)	-	-	-	-
Imposto de renda (LIV)	-	-	-	-
Contribuição social (LIV)	-	-	-	-
Imposto de renda (LV)	-	-	-	-
Contribuição social (LV)	-	-	-	-
Imposto de renda (LVI)	-	-	-	-
Contribuição social (LVI)	-	-	-	-
Imposto de renda (LVII)	-	-	-	-
Contribuição social (LVII)	-	-		

★ continuação

## Foz do Rio Claro Energia S.A. - CNPJ nº 07.823.262/0001-03

### Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento de suas operações e de suas controladas. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os

responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de março de 2024



**Ernst & Young**  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-2SP034519/O  
**Eduardo Wellichen** - Sócio  
Contador - CRC-1SP184050/O

Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2001, que institui a Infraestrutura  
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 21/03/2024  
A autenticidade deste documento  
pode ser conferida através do QR Code  
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/21/FOZDORIOCLARO1574984021032024.pdf>  
Hash: 17109664810a16a10030a04dacb95e2c93f63e3b43